



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Mudança do Clima

MEMÓRIA DE REUNIÃO
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ-EXECUTIVO DO CIM (SUBEX/CIM)

Data: 10 de dezembro de 2025, das 14h30 às 16h30

Local: Formato híbrido, presencial no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 7º andar, sala 735 e virtual via Microsoft Teams.

Membros participantes:

Órgão	Representantes	Cargo	Presencial	Virtual
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Titular: Aloisio Lopes Melo	Secretário da Secretaria Nacional de Mudança do Clima	x	
	Suplente: Marcela Cristina Aboim Raposo	Diretora do Departamento de Governança Climática e Articulação	x	
Casa Civil da Presidência da República - CC	Suplente: Adriano Santhiago de Oliveira	Secretário Adjunto Substituto na Secretaria Adjunta IX da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento	x	
Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Suplente: Joao Crescêncio Aragão Marinho	Secretário Adjunto na Secretaria de Desenvolvimento Rural	x	
Ministério das Cidades - MCID	Titular: Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho	Assessora Especial do Ministro		x
	Suplente: Anamaria Aragão Costa Martins	Coordenadora Geral de Cooperação e Sustentabilidade/SECEX		x
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC	Titular: Júlia Cortez da Cunha Cruz	Secretária de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria		x
Ministério da Fazenda	Titular: José Pedro Neves	Secretário Adjunto da Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono	x	
Ministério de Minas e Energia - MME	Sergio Rodrigues Ayrimoraes Soares	Coordenador Geral de Estudos Integrados Representando a Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento		x

Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO	Virgínia de Ângelis Iliveira de Paula	Secretária Nacional de Planejamento	x	
Ministério das Relações Exteriores	Embaixadora Liliam Beatris Chagas de Moura	Diretora do Departamento de Clima	x	

Convidados:

Órgão	Representante	Cargo	Presencial	Virtual
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA	Karine Lopes	Coordenadora-Geral de Adaptação	x	
	Lidiane Melo	Diretora do Departamento de Políticas de Mitigação e Instrumentos de Implementação (DPMI/SMC/MMA)	x	
	Leandro Cardoso	Coordenador-Geral	x	
	Thaynara Kessia Espindola Pereira	Coordenadora-Geral	x	
	Stefanny Faustina	Coordenadora	x	
	Bruno Emrich Jachelli	Analista Ambiental	x	
	Leonel Bittencourt Baima	Analista Ambiental	x	
	Roberta Zecchini Cantinho	Diretora	x	
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	Ricardo Vieira Araujo	Tecnologista Sênior		x
	Marcio Rojas da Cruz	Coordenador-Geral		x
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA	Camila Rodrigues	Representando a Secretaria Fernanda Maquiaveli		x
Ministério das Mulheres - MMulheres	Sandra Kennedy Viana	Secretária Nacional de Gestão Federativa e Ações Interministeriais	x	
	Ana Lúcia Sousa Pinto	Coordenadora-Geral	x	
Ministério da Agricultura e Agropecuária - MAPA	Jorge Caetano	Coordenador-Geral	x	
	Ronaldo Carneiro Teixeira	Coordenador	x	

RELATO DOS TEMAS DEBATIDOS:

1. Abertura

Foi realizada a abertura da reunião pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e pela Casa Civil da Presidência da República. Durante a abertura, foi destacada a importância da COP30 e seus desafios, bem como o momento estratégico da realização da presente reunião após esse evento.

Após a abertura da reunião, procedeu-se à verificação de quórum. Estavam presentes os representantes membros dos seguintes ministérios: MMA, CC, MAPA, MCID, MCTI, MDIC, MF, MME, MPO, MRE.

A reunião contou com a presença do MMULHERES e do MDA, como convidados.

A pauta da reunião foi apresentada.

Durante a aprovação da pauta, houve solicitação quanto à retirada de pauta do item 2.5 “Aprovação do envio ao CIM da Estratégia Nacional de Mitigação (com itens destacados por colchetes) e os Planos Setoriais de Agricultura e Pecuária, Terras Públicas e Territórios Coletivos e Transição do Uso da Terra em Imóveis Rurais”. Para justificar essa solicitação foi apresentado que consultas externas estavam em curso.

A coordenação do Subcomitê Executivo do CIM ponderou que seria mais adequado realizar a apresentação dos ajustes já efetuados na Estratégia Nacional de Mitigação e aos Planos Setoriais de Mitigação e que o encaminhamento acerca da solicitação supracitada fosse tratado quando se discutisse o respectivo item de pauta.

Também foi questionada a possibilidade de discussão dos itens não destacados por colchetes na Estratégia Nacional de Mitigação (ENM). Ficou acordado que essa discussão seria realizada quando a ENM constasse como item específico da pauta.

2. Apresentar e aprovar o envio da Estratégia Transversal Mulheres e Clima à Consulta Pública

2.1. Apresentação da Estratégia Transversal Mulheres e Clima

A coordenação do SUBEX informou que o documento inicial da estratégia foi encaminhado aos membros deste subcomitê por e-mail anexado ao convite da reunião.

O MMulheres registrou a importância da agenda de Mulheres e Clima no Plano Clima e na COP30. A fala seguiu com a apresentação do processo de elaboração da Estratégia Transversal Mulheres e Clima (ETMC), com a realização de reuniões e seminários sobre o tema, bem como a participação de outros Ministérios para apresentação de sugestões ao texto.

Ademais, o MMulheres apresentou a estrutura textual do documento, o que inclui os capítulos: (i) Contexto; (ii) Análise dos principais riscos e vulnerabilidades; (iii) Objetivos nacionais e diretrizes da Estratégia Mulheres e Clima e recomendações; (iv) Plano de Ação; e (v) Governança, Monitoramento e Avaliação.

2.2 Deliberação sobre o envio da Estratégia Transversal Mulheres e Clima à Consulta Pública

A Coordenação do SUBEX pautou a deliberação do envio da Estratégia Transversal Mulheres e Clima à Consulta Pública.

Abriu-se a palavra para os presentes darem suas contribuições, e foram abordados os seguintes pontos:

- Destacou-se a importância do tema proposto pela ETMC e a sua transversalidade com outras agendas, bem como a importância da atuação institucional do MMulheres, desde o Plano Plurianual (PPA) até o desenvolvimento da ETMC.
- Destacou-se a concretude da Estratégia, bem como a sinergia com outros projetos dos Ministérios.
- Foram feitas manifestações de reconhecimento do trabalho, com destaque a importância do ETMC como subsídio para políticas públicas no Brasil.
- Foram registrados elogios à iniciativa e à tempestividade da elaboração da ETMC.

A coordenação do GT Transição Justa e Justiça Climática informou as projeções para o envio da ETMC à consulta pública, com previsão de disponibilização da Estratégia na plataforma Brasil Participativo entre os dias 15 de dezembro de 2025 a 14 de janeiro de 2026. Também, foi informada a possibilidade realização de webinar sobre o tema em janeiro de 2026.

Resultado: O SUBEX aprovou o envio das Estratégia Transversal Mulheres e Clima à Consulta Pública.

3. Aprovação do envio do Plano Nacional de Adaptação (*National Adaptation Plan* – NAP, em inglês) ao CIM, para posterior submissão à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC).

A Coordenação do SUBEX pautou a deliberação do envio do Plano Nacional de Adaptação (*National Adaptation Plan* – NAP, em inglês) ao CIM, para posterior submissão à CQNUMC.

Na 6ª Reunião Extraordinária deste SUBEX, a Coordenação do SUBEX propôs o envio do Sumário Executivo do Plano Clima Adaptação, à CQNUMC, como o “*National Adaptation Plan*” (NAP) do Brasil.

A partir de consulta à plataforma da CQNUMC e ao MRE, entendeu-se que a versão sintética do Plano Clima Adaptação atende aos critérios exigidos pela CQNUMC e facilita a leitura e entendimento das principais metas e ações previstas pelo país para adaptação à mudança do clima.

- Apresentou-se o NAP, destacando-se as contribuições apresentadas pelos Ministérios. A única contribuição recebida sugeriu a retirada do termo "planos", da Meta Nacional nº 5, uma vez que o critério de mensuração do indicador é exclusivamente a verificação da existência de previsão dos riscos climáticos nos projetos básicos e executivos das obras.
- A contribuição foi acatada, alterando a redação para: “**Meta Nacional nº 5:** Até 2035, garantir que 100% dos *projetos* para obras de infraestrutura a serem apoiados pelo Governo Federal considerem os riscos climáticos”

O MCID registrou verbalmente a sugestão de ampliação do escopo da Meta Nacional 1, de modo a considerar outros instrumentos de planejamento urbano que não somente os de adaptação - (Até 2035, garantir que todos os estados e ao menos 35% dos municípios brasileiros tenham Planos de Adaptação”). Com relação a este tema, a coordenação do GT Adaptação ressaltou que o resultado do texto apresentado foi decorrente de várias reuniões e discussões no âmbito do SUBEX. Além disso, a coordenação do SUBEX ressaltou que durante o processo de monitoramento o tema deverá ser amadurecido e, se for o caso, esses outros planos poderão ser incorporados.

Visando o consenso o MCID concordou com a solução proposta, solicitando assim que sua colocação ficasse registrada na memória da reunião.

O envio do Sumário Executivo do Plano Clima Adaptação ao CIM para posterior submissão à CQNUMC como Plano Nacional de Adaptação do Brasil foi aprovado.

A coordenação do SUBEX apresentou, ainda, duas sugestões, que se referem à ampliação dos documentos enviados, como informação complementar ao *NAP* brasileiro:

- Estratégia Nacional de Adaptação (ENA) e os 16 Planos Setoriais e Temáticos de Adaptação.
- Atualização da Comunicação Nacional de Adaptação do Brasil com base na sessão de adaptação do 1º Relatório Biental de Transparência (BTR1), atendendo sugestão do MCTI.

Acordou-se que a Comunicação de Adaptação, no âmbito do Acordo de Paris, será atualizada com a submissão do BTR1, que contém o Capítulo sobre os Impactos da Mudança do Clima e Adaptação, conforme previsto na Decisão 9/CMA.1, parágrafo 4.

Resultado: Acatou-se a proposta de envio do Sumário Executivo do Plano Clima Adaptação acompanhado da Estratégia Nacional de Adaptação e de seus 16 Planos Setoriais e Temáticos para a apreciação do CIM, e eventual deliberação quanto à submissão a CQNUMC na forma de *National Adaptation Plan (NAP)* do Brasil.

4. Apresentação da versão final da Estratégia Nacional de Mitigação (com os itens destacados por colchetes) e dos Planos Setoriais de Agricultura e Pecuária, Terras Públicas e Territórios Coletivos e Transições do Uso da Terra em Imóveis Rurais

A coordenação do SUBEX esclareceu que durante o processo de elaboração do Plano Clima Mitigação foi realizado processo de Consulta Pública e que, durante esse processo surgiram questionamentos por parte de representantes do Setor Agropecuário quanto ao desenho dos planos relacionados ao uso da terra.

Para sanar os questionamentos levantados pelo setor, foram realizadas rodadas de diálogo com os Ministérios pertinentes (MMA, MCTI, MAPA e MDA), com representantes do setor agropecuário, e audiência no Senado. Em decorrência dessas rodadas de diálogos foram realizadas 2 rodadas sucessivas de ajustes nos documentos. Na segunda rodada, chegou-se a

uma proposta alternativa com a criação de um novo Plano Setorial especificamente dedicado ao tema do uso da terra em imóveis rurais.

Além disso, no âmbito dessa reestruturação, as emissões e remoções foram realocadas entre os planos. No Plano Setorial de Agricultura e Pecuária concentram-se as atividades agropecuárias *stricto sensu*, sob responsabilidade do MAPA e do MDA. Já o Plano Setorial de Transições do Uso da Terra em Terras Públicas e Territórios Coletivos, está sob gestão compartilhada entre o MMA e o MDA, sendo dedicado especificamente ao monitoramento das emissões decorrentes da mudança do uso da terra, em especial as relacionadas ao desmatamento. Após sucessivas rodadas de discussão com representantes do setor e do MAPA, a proposta com o redesenho dos planos foi formalmente encaminhada aos Ministérios envolvidos, os quais solicitaram ajustes. Feitos os esclarecimentos, ressaltou-se que um dos propósitos desta reunião seria realizar uma apreciação dessa nova estrutura contemplando os planos supracitados.

A coordenação do SUBEX ressaltou ainda, que foi realizada reunião de alto nível com o Presidente da República e os Ministros envolvidos com o tema, na qual o Presidente reforçou a necessidade de finalização do Plano Clima Mitigação. Ocasão na qual, essa reestruturação proposta, foi apresentada pela Ministra Marina Silva.

Após explanação do contexto por parte da coordenação do SUBEX, o MAPA reiterou que a Pasta estava em diálogo com representantes do setor agropecuário e ponderou sobre a factibilidade de avançar nas tratativas.

O Coordenador do SUBEX sugeriu que, dada a urgência e relevância destacada em reunião citada com o Alto Nível de Governo, o SUBEX fizesse a apreciação do plano originalmente denominado Conservação da Natureza, e que após tratativas pós consulta pública, passou a ser denominado Terras Públicas e Territórios Coletivos, sugestão acatada pelos membros do SUBEX.

A coordenação do GT Mitigação deu seguimento apresentação do teor do Plano de Terras Públicas e Territórios Coletivos. O recorte fundiário desse Plano passa a ser: Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas Assentamentos rurais e Vazio de Informações (Áreas públicas não destinadas já constavam no Plano de Conservação da Natureza). O novo plano passa a incorporar, portanto, as emissões e remoções de Territórios Coletivos, Assentamentos rurais e vazio de informações.

Foi apresentado o resumo das metas do respectivo Plano Setorial de Mitigação, a partir da proposta de realocação de emissões e remoções do escopo de atuação redefinido. Em seguida, apresentou-se um resumo do Plano Setorial de Terras públicas e Territórios Coletivos, composto de 9 ações impactantes e 35 ações estruturantes.

Foi destacado que este é o plano que tem um papel diferenciado na inversão do sinal das emissões líquidas, propiciando que o país chegue ao ano de 2035 com emissões líquidas negativas.

Abriu-se a palavra para os presentes darem suas contribuições. Os seguintes pontos foram mencionados:

- Foram realizadas algumas sugestões de alteração no Plano: (i) no tema que trata da análise de perfil, substituir “*pela criação e implementação de UCs e pela demarcação de TIs*”, e incluir “*Preservação*”; (ii) retirar o trecho “*cujas emissões ainda não são*

estimadas no NIR”, pois todo o fogo que ocorre é estimado; (iii) Correção de nome do reporte e do SIRENE, informando o nome do Relatório Bial de Transparência e complementando com os nomes dos Sistemas de Informação; (iv) na tabela, suprimir “*em terras públicas e territórios coletivos*” e acrescentar, quando se fala de vegetação nativa, a observação “*da vegetação primária e recuperação da vegetação secundária, recuperação de pastagens e florestas comerciais*”; (v) incluir observação ao final da tabela, esclarecendo que esta ação não se limita a imóveis rurais, mas incluindo também áreas públicas; (vi) na ação estruturante que visa criar e promover programas de ensino, foi solicitada correção por parte do MCTI, o qual não tem enquanto atribuição criar programas de ensino, ação sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC);

- Foi informado que o que é contabilizado no Inventário Nacional de Emissões e Remoções de gases de efeito estufa são as emissões por fogo quando há conversão de vegetação nativa para uso antrópico. Ressaltou-se que o MCTI vem conduzindo análises técnicas sobre dados de atividade e metodologias disponíveis para estimar as emissões associadas a incêndios em áreas de vegetação nativa com maior precisão;
- Apresentou-se consideração quanto às denominações dos planos “Terras Públicas e Territórios Coletivos” e “Transições do Uso da Terra em Imóveis Rurais”, sugerindo, respectivamente, as novas denominações de “Uso da Terra em Áreas Públicas e Territórios Coletivos” e “Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas”;
- Houve reversão do pedido de retirada de pauta do item 2.5 da agenda, e concordância quanto ao prosseguimento da apresentação e eventual deliberação por parte do Subex quanto aos demais Planos Setoriais previstos em pauta, reiterando-se a necessidade de atendimento das sugestões previamente enviadas pelos ministérios.
- Foi apresentada a sugestão de alterar o termo “*transições de uso da terra*” por “*mudanças do uso da terra em áreas rurais privadas*” para manter a coerência com os outros planos. Com isso, acatou-se a sugestão de alteração dos nomes dos Planos Setoriais em questão, ficando o Plano Setorial de Mitigação de “*Terras Públicas e Territórios Coletivos*” denominado de “*Mudanças do Uso da Terra em Áreas Públicas e Territórios Coletivos*” e, por similaridade, o Plano de “*Transições de Uso da Terra em Imóveis Rurais*” passou a se chamar “*Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas*”.

Passou-se a analisar as contribuições recebidas ao PSM Transições do Uso da Terra em Imóveis Rurais (agora denominado de Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas)

- Foi solicitada que a menção ao “desmatamento ilegal” fosse substituída por “supressão de vegetação nativa não autorizada”. Com vistas à construção de consenso para a aprovação do Plano Setorial, a sugestão foi acatada.
- Ficou registrado o posicionamento contrário por parte do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima quanto à referida alteração, e respectiva concessão para lograr consenso.
- Houve recomendação para que se considerasse as ações de mudança de uso da terra na agropecuária (florestas plantadas, recuperação de pastagens, plantio direto e sistemas integrados) apenas no PSM de Agricultura e Pecuária. Após análise da recomendação, sugeriu-se que as ações seriam “espelhadas” nos dois Planos Setoriais (Agricultura e Pecuária e o de Mudanças do uso da Terra em Áreas Rurais Privadas, com contabilização de resultados de metas apenas no PSM Mudanças do Uso da Terra em

Áreas Rurais Privadas. Houve manifestação para que “florestas plantadas e produtos florestais madeireiros” devessem permanecer apenas no PSM Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas.

- Após ponderações e análises, optou-se por manter Florestas Plantadas nos Planos Setoriais de Agricultura e Pecuária e Mudança do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas, e alocar Produtos Florestais Madeireiros no Plano de Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas.
- Sugeriu-se, para fins de coerência terminológica, que a expressão “supressão legal” fosse substituída por “supressão de vegetação nativa autorizada”, de modo a manter alinhamento com a proposta de adoção do termo “supressão de vegetação nativa não autorizada” no documento.
- Solicitou-se que fosse incluído ao longo do texto a menção aos sistemas agroecológicos, florestas produtivas e quintais produtivos. A solicitação foi atendida, e foram realizadas as devidas alterações no documento.
- Solicitou-se a inclusão de instrumentos com foco na Agricultura familiar e sistemas agroecológicos na seção 1.4 “Instrumentos existentes relacionados à mitigação: Quais instrumentos temos?”. A solicitação foi acatada, e foram realizadas as devidas alterações no documento.
- Foi solicitada a revisão da ação estruturante relacionada a alavanca de Ampliação de sistemas produtivos integrados e agroecológicos. A solicitação foi atendida e foi feita a devida alteração no documento.
- Foi solicitada a adequação da Tabela 1 para apresentação do perfil de emissões e remoções. A solicitação foi atendida e realizada a devida adequação.
- Solicitou-se a retirada da ação: IMR.E.13 – Aprimorar metodologia para contabilização das remoções por vegetação nativa e mudanças de uso da terra em imóveis rurais, que não constava originalmente nem no PSM Conservação da Natureza nem no Agricultura e Pecuária. A solicitação foi atendida.
- Foi solicitada a alteração das menções a incentivos tributários para “*Avaliar a reestruturação de incentivos fiscais existentes para imóveis rurais com cobertura de vegetação nativa superior ao que determina a Lei n. 12.651/2012*”. A solicitação foi acatada realizando-se a devida alteração no documento.
- Foi solicitada a retirada da reformulação ao ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) constante na ação IMR.E.10 pois não há iniciativa relacionada ao tema em desenvolvimento. Uma vez que não há iniciativa que aborde o tema em andamento, a solicitação foi acatada, apesar de uma manifestação desfavorável à exclusão da menção ao ITR.
- Foi solicitada a alteração do resultado esperado da ação IMR.E.12 para “Número de hectares conservados/recuperados por meio de recursos captados via EcoInvest/BIP ou novos instrumentos”. A sugestão foi acatada.
- Foi solicitado que nas diversas menções ao crédito rural deve constar texto com ressalva de que tais proposições serão propostas ao Conselho Monetário Nacional e passíveis de análise por parte de tal colegiado. A solicitação foi acatada.

Feitos os ajustes acordados, o SUBEX considerou os 3 documentos referentes aos Planos Setoriais de Mitigação validados, e prontos à submissão ao CIM.

Estratégia Nacional de Mitigação

Foram apresentadas as seções que demandaram ajustes em virtude das alterações dos três Planos Setoriais de Agricultura e Pecuária, Mudanças do Uso da Terra em Áreas Públicas e Territórios Coletivos, e, Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas.

Foram realizadas as alterações na Seção 2.4 - Alocação das emissões entre Planos Setoriais e no Anexo III – Alocação de emissões entre Planos Setoriais, atualizando a Tabela Resumo da alocação das emissões e remoções setoriais conforme revisão de alocação.

Foram revistas também as Prioridades Setoriais dos PSM de Agricultura e Pecuária e Mudanças do Uso da Terra em Áreas Públicas e Territórios Coletivos, bem como foram incluídas as Prioridades Setoriais do Plano Setorial Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas.

Além disso, foi atualizada a Tabela de Objetivos Nacionais, Planos Setoriais e Prioridades Setoriais, bem como as tabelas e gráficos de metas setoriais conforme revisão das alocações entre os três Planos Setoriais supracitados. Além da adição de nova tabela e parágrafos relacionados ao PSM Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas.

Foi destacada a necessidade de revisar o documento da ENM com a perspectiva de ajustar os créditos das figuras e gráficos.

Foi sugerido ainda que o item 5: ao invés de “Gestão do Plano”, fosse renomeado de modo a alinhar-se ao conjunto do documento, adotando-se denominações como “Gestão da Estratégia” ou “Gestão dos Planos”. Esclareceu-se, contudo, que a denominação dessa seção está em consonância com o Plano Clima Adaptação, não sendo, portanto, adequado sua modificação.

O SUBEX considerou validada a Estratégia Nacional de Mitigação para submissão ao CIM.

Resultado: A Estratégia Nacional de Mitigação e os Planos Setoriais de Mitigação originalmente denominados de Agricultura e Pecuária, Terras Públicas e Territórios Coletivos (agora Mudanças do Uso da Terra em Áreas Públicas e Territórios Coletivos) e Transições do Uso da Terra em Imóveis Rurais (agora Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas) foram considerados validados pelo SUBEX, com os ajustes feitos em reunião, e serão submetidos ao CIM.

6. Aprovação do Relatório final do GT Inventário e encerramento dos trabalhos do GT

A coordenação do Grupo Técnico do GT Inventário apresentou o Relatório final deste GT e propôs o encerramento dos trabalhos do Grupo, que foi validado pelo SUBEX.

O Coordenador do SUBEX ressaltou a necessidade de registrar que, mesmo tendo-se finalizado os trabalhos deste GT Inventário, este Subcomitê deve focar no avanço da implementação do plano de ação contido no Relatório final. Registrou-se que será necessário o informe periódico quanto aos aprimoramentos dos itens antes tratados no âmbito do GT Inventário. Sugeriu-se constar em próxima pauta do SUBEX, um balanço dos avanços obtidos na implementação, dada a necessidade de monitoramento.

Resultado: O SUBEX aprovou o Relatório final do GT Inventário e o encerramento dos trabalhos do GT.

7. Informes

A Coordenação do SUBEX informou que existe a expectativa de em breve ocorrer uma reunião do CIM para deliberar acerca do Plano Clima.

8. Encerramento

Tendo cumprido a pauta programada, houve agradecimento pela participação dos membros e convidados e encerrou-se a reunião.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO

1. O SUBEX aprovou o envio das Estratégia Transversal Mulheres e Clima à Consulta Pública.
2. O Sumário Executivo do Plano Clima Adaptação acompanhado da Estratégia Nacional de Adaptação e de seus 16 Planos Setoriais e Temáticos será enviado para a apreciação do CIM, e a deliberação acerca da submissão à CQNUMC na forma de *National Adaptation Plan* (NAP) do Brasil.
3. Foi aprovada a atualização da Comunicação de Adaptação do Brasil na página da UNFCCC, pelo BTR1, que contém o Capítulo sobre os Impactos da Mudança do Clima e Adaptação, conforme previsto na Decisão 9/CMA.1, parágrafo 4.
4. A Estratégia Nacional de Mitigação e os Planos Setoriais de Mitigação originalmente denominados de Agricultura e Pecuária, Terras Públicas e Territórios Coletivos (agora Mudanças do Uso da Terra em Áreas Públicas e Territórios Coletivos) e Transições do Uso da Terra em Imóveis Rurais (agora Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas) foram considerados validados pelo SUBEX, com os ajustes feitos em reunião, e serão submetidos ao CIM.
5. O SUBEX aprovou o Relatório final do GT Inventário e o encerramento dos trabalhos do GT.